





ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem : Que, havendo occorrido pelo outro Alvará de 11 do corrente aos monopolios, e vexações, que padeciaõ os meus Vassallos, moradores em Angola, e nas outras partes dos meus Reinos, e Dominios, que naquelle Estado fazem o seu Commercio; estabelecendo-lhes para elle huma nova fórma, com que o possaõ fazer mais livre, e mais franco, sem os discômodos, e prejuizos, que atégora experimentaraõ : E sendo informado de que huma das maiores vexações, que opprimem o referido Commercio, e que mais prejudica ao mesmo tempo á minha Real Fazenda, he a da confusão, com que atégora se arrecadaraõ os Direitos dos Escravos, que sahem daquelle Reino, e Pórtos subordinados ao Governo delle; por se não haver estabelecido até o presente para a sobredita arrecadação de Direitos huma fórma clara, certa, e invariavel, mediante a qual os despachantes sejaõ sempre seguros do que devem; e os Contratadores, e Administradores dos referidos Direitos, saibaõ tambem com toda a facilidade, e individuação, o que haõ de cobrar; sem que huns possaõ fraudar, ou embarçar os outros com pretextos frivolos, e despachos inutilmente repetidos por diversos principios : Obviando a todos estes inconvenientes : Hei por bem determinar (com parecer de alguns Ministros do meu Conselho, e de outras Pessôas doutas, e zelozas do serviço de Deos, e meu, que me pareceo ouvir sobre esta materia) que desde o dia 5 de Janeiro do anno de 1760, em que ha de principiar o novo Contrato do referido Reino, em diante; em lugar dos Direitos Velhos, e Novos, do Novo imposto, e das Preferencias, que actualmente pagaõ os Escravos, conforme as suas differentes qualidades, se não possaõ arrecadar para a minha Real fazenda mais, do que os Direitos seguintes. Por cada escravo, ou seja macho, ou femia, que se embarcar no Reino de Angola, e Pórtos da sua dependencia, excedendo a altura de quatro palmos craveiros da vara, de que se usa na Cidade de Lisboa, se pagaráõ oito mil e setecentos reis em huma só, e unica addição, e por hum só, e unico despacho, sem que para isso se pratique outra alguma avaliação, ou diligencia; que não seja a referida medida, que para esse effeito estará sempre na Provedoria da minha Real Fazenda, e na Camera da Cidade de Loanda, afferida com toda a exactidão. Por cada cria de pé, que tenha de quatro palmos, para baixo, se pagará na sobredita fórma ametade dos referidos Direitos, ou quatro mil e trezentos e sincoenta reis. Sendo as crias de peito, seraõ livres de todo, e qualquer imposto, fazendo huma só cabeça com suas respectivas mãis, para por despacho destas se cobrarem sómente os oito mil e setecentos reis assima referidos. E porque os dous mil reis das Preferencias, que actualmente estaõ a cargo dos Navios, para os perceberem de mais no frete dos Escravos, levando por isso oito mil reis de frete, e Preferencia, por cada hum Escravo, ficaõ comprehendidos na importancia dos oito mil e setecentos reis assima declarados : Ordeno, que desde o sobredito dia 5 de Janeiro do anno de 1760. em diante, nem possa mais levar cada Navio de frete mais, do que seis mil reis por cabeça, ou cria de pé; nem delles se possaõ pertender as ditas Preferencias, debaixo de qualquer cor, ou pretexto, por mais palliado que seja; sobpena de perdimento dos Officios, sendo Proprietarios os que taes Direitos extorquirem; e do valor dos mesmos Officios, sendo Serventuarios; além de pagarem anoviado aos donos dos Navios a perda, que lhes houverem causado, ou pela per-

pertença da sobredita preferencia , ou pelo excessô dos maiores Direitos ; que lhes levarem ; ou pela repetição , e demora dos despachos , que lhes devem expedir promptamente em hum só, e unico contexto. Pelo que pertence ao Marfim , se cobrará o Direito do Quarto , e Vintena , por sahida , na fórma em que se cobrou atégora ; com tanto , que os despachos se expeçam tambem com a mesma brevidade, e em hum só, e unico bilhete. E para que se possa segurar a arrecadação dos sobreditos Direitos , devidos á minha Real Fazenda , que tem applicações tão justas, e tão indispensaveis : Estabeleço , que os Navios , que sahirem destes Reinos , e seus Dominios para Angola , e Pórtos da sua dependencia , sem se manifestarem , os do Reino á Junta do Commercio , e os dos Dominios Ultramarinos ás respectivas Casas de Inspeção , declarando os Pórtos para onde navegaõ , com aquelles , para os quaes haõ depois dirigir as suas descargas ; levando Guias nesta conformidade ; e trazendo depois Certidoens , pelas quaes fação constar haverem cumprido o que tiverem declarado , incorraõ na pena de confiscação das Embarcações , e no valor de ametade dellas , os respectivos Mestres , naõ sendo os donos dos mesmos Navios. A fim de que tudo assim se observe inviolavelmente : Ordeno , que na referida Junta do Commercio , e nas Casas de Inspeção , se estabeleçaõ logo Livros de Registo para as Declarações , Guias , e Certidoens das viagens , e Torna-viagens dos sobreditos Navios.

E este se cumprirá , como nelle se contém , sem embargo de quaesquer Regimentos , Extravagantes , Resoluções , Decretos , Provisões , e outras quaesquer Disposições , e Ordens , que Hei por derogadas sómente no que a este forem contrarias , como se de todas , e de cada huma fizesse especial , e expressa menção , naõ obstante a Ley , que assim o requer.

Pelo que mando ao Presidente da Mesa do Desembargo do Paço ; Regedor da Casa da Supplicação , Védores da minha Real Fazenda , Presidentes do Conselho Ultramarino , e da Mesa da Consciencia , e Ordens , Governadores da Casa do Civel , e das Relações da Bahia , e Rio de Janeiro , Presidente do Senado da Camera , Junta do Commercio deste Reino , e seus Dominios , e bem assim ao Vice-Rey , Capitaens Generaes , Governadores do Brasil , Ouvidores Geraes , e a todos os Desembargadores , Corregedores , Juizes , e Justiças de meus Reinos , e Senhorios , que assim o cumprão , e guardem , e o fação cumprir , e guardar , sem duvida , nem embargo algum ; naõ admittindo requerimento , que impida em tudo , ou em parte , o effeito deste. E para que venha á noticia de todos , mando ao Desembargador do Paço Manoel Gomes de Carvalho , do meu Conselho , e Chanceller mór destes Reinos , que o faça publicar na Chancellaria : E depois de se registrar em todos os lugares , onde se costumaõ registrar similhantes Leys , e mandará o Original para a Torre do Tombo. Dado em Salvaterra de Magos , aos 25 de Janeiro de 1758.

R E Y

Thomé Joaquim da Costa Corte-Real.

Al-

Alvará com força de Ley, porque Vossa Magestade ha por bem estabelecer nova fórma para a arrecadação dos Direitos dos Escravos, e Marfim, que sabirem do Reino de Angola, e Pórtos da sua dependencia, desde 5 de Janeiro do anno de 1760 em diante: Na fórma que assima se declara.

Para Vossa Magestade ver.

Registado a fol. 30 vers. do Liv. da Jornada de Salvaterra, nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos. Salvaterra de Magos, 28 de Janeiro de 1758.

Thomás Pinto de Vilbana.

Manoel Gomes de Carvalho.

Registado a fol. 150 do Livro 12 de Provisões da Secretaria do Conselho Ultramarino. Lisboa, 6 de Fevereiro de 1758.

Joaquim Miguel Lopes de Lavre.

Foi publicado este Alvará com força de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 31 de Janeiro de 1758.

Dom Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no Livro das Leys a fol. 101. Lisboa, 31 de Janeiro de 1758.

Rodrigo Xavier Alvares de Moura.

Filipe Joseph da Gama o fez.

CB
P8539
1758
6
1-SIZE

69-1067
brds.
Wormser
Oct. '68